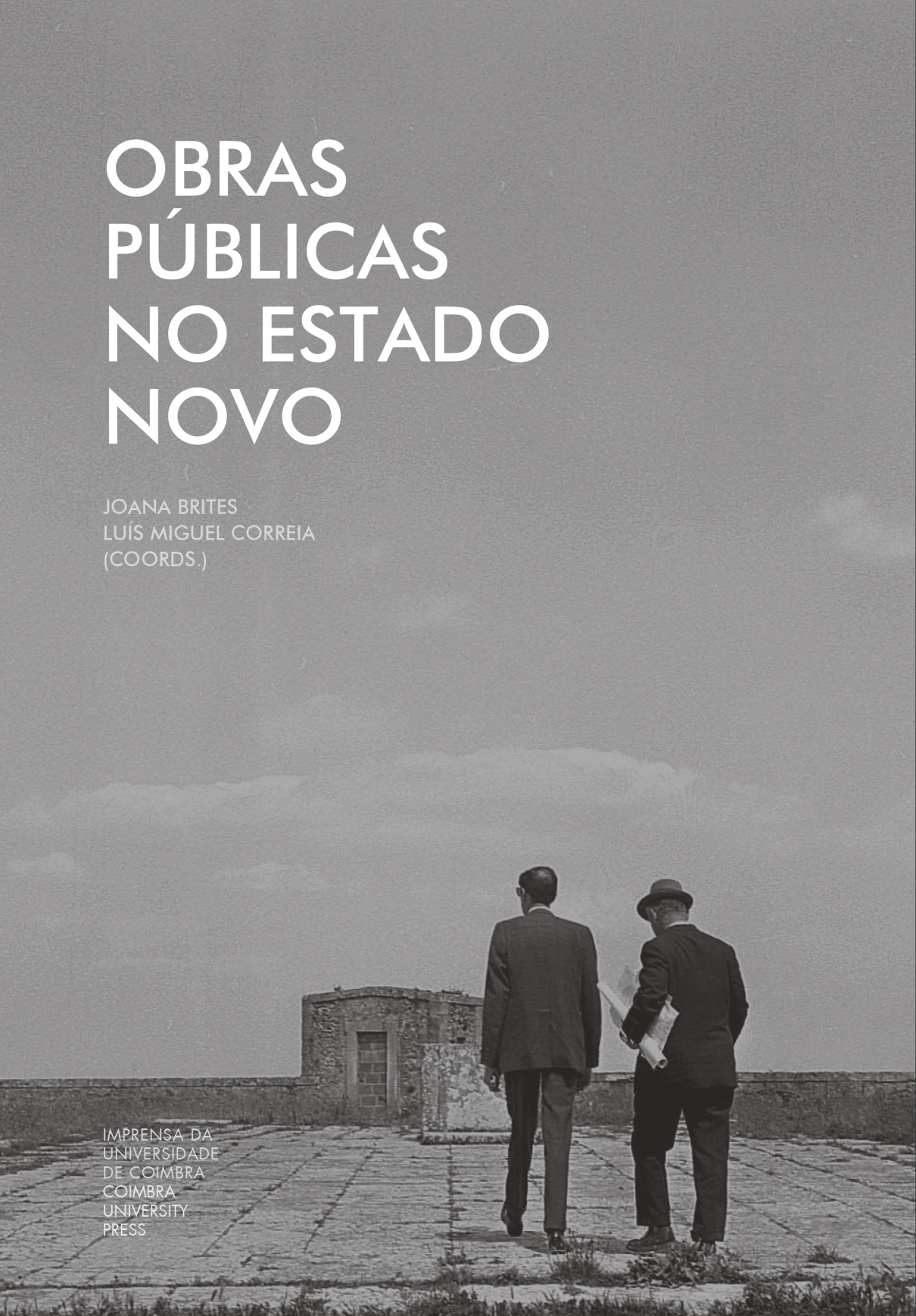


OBRAS PÚBLICAS NO ESTADO NOVO

JOANA BRITES
LUÍS MIGUEL CORREIA
(COORDS.)

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS



Neste livro analisam-se diferentes repertórios de atuação do Estado Novo no campo das obras públicas, da arquitetura ao urbanismo, passando pela intervenção em monumentos nacionais. Congregando vinte autores de distintas gerações e formações, pretende-se oferecer um ponto de situação, ainda que sempre parcelar e provisório, do conhecimento sobre os múltiplos programas desenvolvidos durante o regime, os quais tiveram, a diversas escalas, consequências na organização do espaço e do território português. Potenciar a sua leitura integrada constitui um dos principais objetivos deste volume. Em segundo lugar, visa-se evidenciar, acolhendo como vantajosa a existência de múltiplos posicionamentos analíticos, os denominadores comuns e os territórios de dissenso, os diferentes referentes teóricos e metodologias mobilizadas para compreender este objeto de estudo multifacetado. Rejeitando possíveis leituras unívocas, a materialização deste retrato poliédrico da historiografia nacional procura, antes, contribuir para (re)imaginar um horizonte de investigação, idealmente transdisciplinar, comparativo e colaborativo.

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

Imprensa da Universidade de Coimbra

IMAGEM DA CAPA

Castelo e Fortaleza de Palmela: Vistoria às obras, 1972
(ref.^a: FOTO.00515422). Fonte: SIPA – Sistema de Informação para o
Património Arquitetónico, Direção Geral do Património Cultural (DGPC)

PRÉ IMPRESSÃO

Leonel Brites

INFOGRAFIA DA CAPA

Raquel Aido

PRINT BY

KDP

ISBN

978-989-26-1924-8

ISBN DIGITAL

978-989-26-1894-4

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1894-4>

OBRAS PÚBLICAS NO ESTADO NOVO

JOANA BRITES
LUÍS MIGUEL CORREIA
(COORDS.)

IMPrensa DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

ÍNDICE

Introdução

Joana Brites e Luís Miguel Correia 9

‘Rooted modernism’: the ethos of public works in the ‘fascist era’

Roger Griffin 17

A monumentalidade como programa político e simbólico do Estado Novo

Ana Tostões 43

Monumentos num *País de Conto de Fadas*

Luís Miguel Correia 75

A Exposição dos 15 Anos de Obras Públicas: Arquitetura e Propaganda

Margarida Acciaiuli 109

A ordem identitária das Obras Públicas. Ideias sobre a liberdade e o Estado

Nuno Rosmaninho 129

Obras Públicas e “Melhoramentos” Locais: Entre Lisboa e o País (Real)

Ricardo Costa Agarez 141

A poética da austeridade

Fátima Fernandes 171

Entre a exaltação e a saudade. O automóvel como metonímia de progresso no contexto do Planos Gerais de Urbanização

José Cabral Dias 197

A Educação e a Rede de Equipamentos Escolares no Estado Novo <i>Gonalo Canto Moniz e Ant3nio M. Rochette Cordeiro</i>	225
Pol3tica e arquitetura habitacional: um Mapa da interven3o do Estado na habita33o <i>Rui Jorge Garcia Ramos, Eliseu Gonalves e S3rgio Dias Silva</i>	251
Do caixote 3 Caixa: filiais e ag4ncias do banco do Estado (1929-1970) <i>Joana Brites</i>	289
Fun3o, Forma e Fantasia: o <i>Plano Geral de Edifica33es dos CTT</i> , 1937-1952 <i>Carlos B3rtolo</i>	317
Cultura e Lazer: o “tempo livre” no Estado Novo <i>Susana Constantino e Susana Lobo</i>	343
“Na terra portuguesa as casas de Deus est3o na sua casa”: a participa3o do Estado na produ33o de arquitetura religiosa (1940-1960) <i>Jo3o Lu3s Marques e Jo3o Alves da Cunha</i>	369
3frica Colonial: arquitetura e infraestruturas nos 3ltimos anos do Estado Novo <i>Ana Vaz Milheiro</i>	391

**“NA TERRA PORTUGUESA AS CASAS DE
DEUS ESTÃO NA SUA CASA”:
A PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA PRODUÇÃO
DE ARQUITETURA RELIGIOSA (1940-1960)**

João Luís Marques

Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo,
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
ORCID: 0000-0001-8125-2944

João Alves da Cunha

Centro de Estudos de História Religiosa,
Universidade Católica Portuguesa
ORCID: 0000-0002-7399-4822

Resumo: Partindo do título escolhido para a secção “Igrejas e Seminários” presente na Exposição dos *15 Anos de Obras Públicas* (Lisboa, 1948) procura a presente comunicação retratar os percursos da arquitetura religiosa em Portugal entre as décadas de 1940 e 1960, dando especial destaque às obras comparticipadas pelo Estado Novo neste período.

Em 1940, a assinatura da Concordata com a Santa Sé foi reveladora da cumplicidade Estado-Igreja, confirmada um mês depois na *Exposição do Mundo Português*, onde se celebrou a história de Portugal e o programa do Estado Novo, com múltiplas referências à identidade e cultura cristã. O imaginário nacional intensamente difundido a partir daquele momento influenciou a produção da arquitetura religiosa daquela década, conforme atestaram os projetos apresentados na exposição de 1948. A crítica e a pesquisa de novos modelos e

programas, liderada a partir de 1953 pelo Movimento de Renovação da Arte Religiosa, depressa foram acolhidas pela Igreja Católica, mas também pelo Estado.

A seleção de obras apresentadas em 1956 na celebração dos *30 Anos do SNI* espelha a aceitação e divulgação de novas correntes. As listagens anuais das novas construções religiosas apoiadas pelo Ministério das Obras Públicas testemunham igualmente a afirmação da modernidade na encomenda religiosa, dispersa no território nacional até ao final da década de 1960.

Palavras-chave: Igreja católica, Estado Novo, Exposições, MRAR, arquitetura religiosa

‘ON PORTUGUESE LAND THE HOUSES OF GOD ARE
HOME’: STATE INTERVENTION IN THE PRODUCTION
OF RELIGIOUS ARCHITECTURE (1940–1960)

Abstract: Beginning with the title chosen for the section “Churches and Seminaries” at the *15 Years of Public Works* Exhibition (Lisbon, 1948), this communication seeks to retrace the path of religious architecture in Portugal between the 1940s and the 1960s, with a particular emphasis on the works co-funded by the Estado Novo during this period.

In 1940, the signing of a Concordat with the Holy See revealed the complicity between State and Church, which was confirmed one month later in the Portuguese World Exhibition, celebrating the history of Portugal and the programme of the Estado Novo with multiple references to Christian identity and culture. From that moment onwards, the strongly disseminated national imagery influenced the production of the religious architecture of the decade, according to the projects presented in the 1948 exhibition. The criticism and research of new models and programmes, led by the Movement for the Renewal of

Religious Art since 1953, were soon accepted by the Catholic Church, but also by the State.

The selection of works presented in 1956 at the celebration of the 30 years of the SNI mirrored the acceptance and dissemination of new trends. The annual listings of new religious buildings supported by the Ministry of Public Works equally attest to the assertion of modernity in the religious commissions, scattered across the country until the end of the 1960s.

Keywords: Catholic Church, Estado Novo, Exhibitions, MRAR, religious architecture

Convergência entre Igreja e Estado

Apesar da Constituição de 1933 ter proporcionado as condições necessárias para a liberdade da ação da Igreja, nomeadamente pela afirmação da separação entre a Igreja e o Estado, pela garantia da liberdade de culto, da prática e da organização religiosas, e, mais importante, pelo reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja, persistiu “durante muito tempo nos sectores católicos, o temor de um retorno à situação anterior ao 28 de Maio; receio esse que certamente não deixou de estar presente, quer no espírito do Patriarca [Cerejeira] quer no de Salazar” (Câmara, 2009, p. 19). Por este motivo, proteger a Igreja desta possibilidade foi um dos principais objetivos pelo qual batalhou o Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira, desde o início do seu patriarcado até à data da assinatura da Concordata em 7 de maio de 1940. Este documento definiu e institucionalizou a cooperação entre a Igreja e o Estado, que entendiam que a doutrina e moral cristã são tradicionais no País, levando à definição de áreas de cooperação numa lógica de defesa de interesses mútuos. Três dias depois, o Cardeal fez

“a defesa do texto da Concordata, como se de uma vitória pessoal se tratasse: em primeiro lugar «a Igreja Católica é reconhecida

como a da grande maioria da Nação»; em segundo lugar, nela «se reconhece e garante a liberdade da Igreja, estabelecem-se os limites da esfera de competência dos dois poderes, firma-se a paz e a concórdia entre eles». [...] Portanto, conclui: «Honra e glória ao Estado Novo!» (Martins, 2007, p. 232).

Cerejeira construiu, assim, “durante os anos 1930-40, uma imagem simbiótica entre catolicismo e nacionalismo, ao difundir uma noção providencialista da nação portuguesa – pretensamente nascida nos braços da Igreja – e do próprio chefe do Estado Novo” (Pimentel, 2002, p. 13).

A Exposição do Mundo Português e a afirmação do Português Suave

A *Exposição do Mundo Português* (1940), comemorativa do oitavo centenário da nacionalidade e terceiro da independência restaurada no século XVII, confirmou a convergência de interesses entre o movimento de consolidação do Estado Novo e a restauração da Igreja desejada pelo clero português. Este evento de exaltação da história nacional, inaugurado em Lisboa no mês seguinte à assinatura da Concordata, contou com múltiplas referências à identidade de matriz cristã, sob coordenação geral do arquiteto-chefe Cottinelli Telmo (Brito, 2011, pp. 263-276). São exemplo o pavilhão da Fundação, desenhado por Rodrigues de Lima, onde entre reis, santos e relatos de conquistas se lia o *slogan* “Portugal foi sempre cristão”; a capela da aldeia portuguesa (temática também explorada por Cassiano Branco no Portugal dos Pequenitos); a capela de Vasco Regaleira no Pavilhão das missões católicas¹, recriada com todos os elementos da

¹ O modelo, apresentado em 1940, era representativo de uma série de experiências já realizadas e inspiradora de outras que lhe seguiram. De certo modo encontramos naquela proposta de carácter temporário eco da pequena capela alentejana projetada por António Lino no início da década de 1930, publicada na revista *Arquitectura* (dezembro 1935). Podemos encontrar também anúncio de um primeiro modelo

gramática estilística que na década seguinte seriam alvo de crítica do Movimento de Renovação da Arte Religiosa (MRAR):

“A ermida – simbolizando a evangelização – abre o seu portal, de ponta de lança à devoção dos fiéis e afirma o poder da ideia, com a sua torre, arrendada de tejeleiras, fortalecida pelo enquadramento das torrelas, e com o coruchêu de telha moirisca, caindo sobre o dentado dos crenéis”².



Fig. 1: Capela do Pavilhão das Missões Católicas, Arq. Vasco Regaleira (*Exposição do Mundo Português*, Lisboa, 1940).
Fotografia: António Passaporte. Arquivo dos autores.

Na exposição de Belém, “local de encontro ideológico, laboratório máximo de adulteração da linguagem modernista, [em que] participam quase todos os arquitectos da nova geração” (Pereira &

explorado, por Keil do Amaral, para o estudo da capela e ossário do cemitério que desenvolveria para o parque florestal de Monsanto, na década de 1940.

² Anónimo. (1956). *Mundo Português: imagens de uma exposição histórica 1940*. Lisboa: Edições Secretariado Nacional de Informação. s/n.

Fernandes, 1981, p. 43), afirmou-se assim também a arquitetura de «português suave», fruto de uma “criação colectiva dos architectos que timidamente assumiam quer os valores de modernidade, quer os valores vernaculares” (Almeida, 1986, p. 145), conforme recordaria mais tarde Pedro Vieira de Almeida. Segundo Nuno Teotónio Pereira, esta prática levou à definição de modelos arquitetónicos para várias tipologias, sendo que na arquitetura religiosa promoveu-se uma “estilização medievalista, romano-gótica, ou por vezes setecentista, para colégios e seminários” (Pereira & Fernandes, 1981, p. 44). De facto, no final da década de 1930, o modernismo tornara-se dificilmente defensável através de exemplos oficiais dos regimes politicamente afins ao Estado Novo. Pressionado pelos violentos ataques dos tradicionalistas nacionais, “melhor pareceu a Duarte Pacheco impor uma inflexão ao discurso architectónico que ele próprio fizera pôr em marcha, no projecto de Pardal para o I.S.T.” (França, 1991a, p. 73). Já “não chegava fazer caixotes funcionais, era necessário embrulhá-los em papel de memória e memória chamava-se «rústico» (as raízes do povo) e «joanino» (as raízes do poder, o sumo do império) ou, melhor ainda, a colagem de ambos” (Portas, 2008, p. 185). Nesta tarefa, o Estado Novo contou desde logo com a colaboração de pioneiros modernistas, e em pouco tempo, “esse estilo bastardo havia de se espalhar pela cidade [...] conforme um código rigorosamente vigiado a que os melhores e os piores architectos se sujeitaram” (França, 1991a, p. 74) ao longo dos “cinzentos anos 40” (Portas, 1982, p. 37).

15 Anos de Obras Públicas entre vozes de protesto

No pós-guerra, a contestação contra a “nova” arquitetura promovida pelo Estado Novo começou a ganhar forma. Em 1947, Fernando Távora denunciou num pequeno opúsculo intitulado *O Problema da Casa Portuguesa* que “em Portugal hoje não se faz arquitectura e, pior ainda, entre nós não pretende sequer fazer-se arquitectura”

(Távora, 1947, p. 12). Nesse mesmo ano surgiram duas organizações regionais formadas por uma geração contestatária: no Porto, a Organização dos Architectos Modernos (ODAM), e em Lisboa, a Iniciativas Culturais Arte e Técnica (ICAT), agrupada em torno de Keil do Amaral, figura que se destacou neste período pela sua liderança e capacidade de mobilização dos arquitetos mais jovens, que o levou a encabeçar a “primeira direcção sindical de oposição ao regime” (Pereira & Fernandes, 1981, p. 46), eleita em 1948, pouco tempo antes da realização do I Congresso Nacional dos Architectos, evento que “foi marco e motor de uma viragem, contrapondo-se polemicamente à magna exposição oficial de obras públicas ao mesmo tempo realizada – espécie de homenagem a Duarte Pacheco já preconizada por Cottinelli e, com isso, sumário de uma época que terminava” (França, 1991b, p. 260).

A comemoração dos *15 Anos de Obras Públicas* (1932-47) apresentou na sua exposição diversos projetos que revelavam os motivos de crítica declarada no congresso. No caso particular das encomendas religiosas, as obras e projetos iam ao encontro daqueles expostos anteriormente em iniciativas como a *Exposição de Construção Colonial* (1944), também realizada no Instituto Superior Técnico de Lisboa³, ou seleccionados pelo grupo de Noelistas que vinha organizando exposições dedicadas à Arte Sacra desde o início da década de 1940, contando com o apoio do SNI⁴.

³ A frase proferida pelo Cardeal Cerejeira na homilia da inauguração da igreja de N. Sra de Fátima, em Lisboa (13 de outubro de 1938), “A obra de arte autêntica tem sempre algo de religioso, enquanto é esplendor da natureza que é obra de Deus” lia-se na parede da *Exposição de Construção Colonial* promovida pelo Ministério das Colónias realizada no Instituto Superior Técnico (Lisboa, novembro 1944). Na sala dedicada à “Religião” eram apresentadas fotografias e maquetes de obras de projetos de diferentes autores como a catedral de Lourenço Marques (eng.º Freitas e Costa), a de Nampula (Raul Lino) e a de Nova Lisboa (Vasco Regaleira) – não construída. Cf. Anónimo. (1944, dezembro). A exposição de construção colonial. *A Arquitectura Portuguesa e a Cerâmica e Edificação*, ano XXXVII, 3.ª série, n.º 117, 8-9.

⁴ A União Noelista tinha realizado três edições de Exposições de Arte Sacra Moderna na capital: no Palácio Galveias (maio de 1945), na Galeria Instanta (dezembro



Fig. 2: *Exposição de Construção Colonial* (Instituto Superior Técnico, Lisboa, 1944). *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas*, n.º 117, dezembro 1944, p. 8.

de 1947) e no Palácio Foz com o SNI (1949, janeiro). Cf. Costa, A. (2011). *Museologia da Arte Sacra em Portugal 1820-2010 – Espaços, Momentos, Museografia*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 160-163.

Na exposição de 1947, na secção dedicada à arquitetura foram apresentados sete projetos: dois construídos – N. Sra de Fátima de Lisboa (Pardal Monteiro) e catedral de Lourenço Marques (eng.º Freitas e Costa) – e cinco em estudo e/ou construção – igrejas de Riachos (Inácio Peres Fernandes), S. Pedro do Estoril (João António de Aguiar), catedral de Nampula (Raul Lino), catedral de Nova Lisboa e Sé de Bissau (Vasco Regaleira). Esta seleção recuperava projetos apresentados na *Exposição Mundo Colonial* (1945) e antecipava outros que integrariam a *Exposição dos 15 Anos de Obras Públicas* (1948).

Assim, no Pavilhão de Urbanização, sob o mote “Na terra portuguesa as casas de Deus estão na sua casa”, foram mostrados projetos participados pelo Estado, dos planos às obras, todos eles partilhando o imaginário nacional intensamente difundido desde a década de 1940. Sob aquele lema foram apresentadas fotografias de igrejas e seminários participados pelo Estado, nomeadamente os Seminários de Beja, Fátima e Carnide (Lisboa), as igrejas de Vouzela, Febres (Cantanhede), Riachos (Torres Novas) e Casegas (Covilhã); capelas de Santo Amaro (Ponta do Sol, Madeira) e de Monchique. Foram igualmente apresentadas maquetes da urbanização do santuário de Fátima (Cottinelli Telmo), seminário de Aveiro (ARS), igreja de Santo Condestável (Vasco Regaleira) e de Riachos (Inácio Peres Fernandes)⁵.

Também na secção “Obras de Interesse Público” e “Edifícios e Monumentos” foram divulgadas outras encomendas religiosas. Juntavam-se na secção de “Obras de Interesse Público”, sob o lema “Sem o auxílio sempre atento do Estado as iniciativas privadas de interesse público não se teriam realizado muitas obras essenciais à vida da Nação”, obras promovidas por instituições religiosas em contexto urbano: as oficinas de S. José (Braga) e a Casa de S. Vicente de Paulo (Lisboa), esta última projetada por Vasco Regaleira. No Pavilhão de Edifícios e Monumentos foi ainda apresentada uma série de trabalhos de restauro realizados pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em sés, mosteiros e conventos, igrejas e pequenas capelas⁶.

No catálogo da exposição tornou-se evidente a participação crescente do Ministério das Obras Públicas (MOP) no financiamento quer na construção e recuperação do património religioso, quer

⁵ Anónimo. (1949). Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas. *15 Anos de Obras Públicas (1932-1947), IIº Volume: Exposição e Congressos de Engenharia e de Arquitectura*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações, pp. 127-129.

⁶ Anónimo. (1949). Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas. *15 Anos de Obras Públicas (1932-1947), IIº Volume: Exposição e Congressos de Engenharia e de Arquitectura*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações, pp. 125-126 e pp. 154-157.

no lançamento de obras de assistência, muitas vezes estabelecendo parcerias com as autarquias, do litoral ao interior. De facto, naquele período assistiu-se à edificação de novas igrejas em diferentes bairros: casas económicas, casas desmontáveis, casas de pescadores, casas para pobres; isto a par dos povoados da Junta de Colonização Interna, dos associados à construção das hidroelétricas e também de alguns postos fronteiriços, tantos deles pensados como “pequenas cidades” e, portanto, também dotados de espaços de culto.

No âmbito do plano nacional de casas económicas lançado em 1933, o Decreto-Lei de 1938 expressava de forma evidente a vontade de dotar os bairros de ‘templos’ e equipamentos complementares à habitação, servindo uma comunidade socialmente homogênea e, portanto, próxima do ideal de paróquia. Fossem bairros de construção definitiva ou temporária, deveriam ser sempre dotados de templos. Em muitos destes a estrutura urbana refletia bem a trilogia “Deus, Pátria e Família” difundida pelo Secretariado de Propaganda Nacional e materializada na construção de “Igreja, Escola e Casa” – “casa própria, modesta e bem portuguesa – em conjuntos que pretendiam reproduzir a estrutura das aldeias, incrustados na cidade” (Pereira, 1993, p. 48), nas palavras de Nuno Teotónio Pereira.

Momento de viragem

O I Congresso Nacional de Architectura, organizado pelo Sindicato dos Architectos Portugueses, arrancou em Lisboa a 28 de maio de 1948, focando-se em dois temas: “A Architectura no Plano Nacional”, tópico do agrado do regime; e “O Problema Português da Habitação”. A geração dos arquitetos com 30/40 anos teve “um papel determinante no tom geral do Congresso, aliando ao pragmatismo, que a prática profissional já ensinara, um desejo de profunda mutação” (Tostões, 1997, p. 35), tendo sido acompanhada pela geração dos novíssimos, que apoiou “como pano de fundo, muitas vezes com um sentido mais

panfletário, as teses mais radicalmente reclamadas da arquitectura moderna” (Tostões, 1997, p. 35). “Momento capital da «resistência» arquitectónica” (Portas, 2008, p. 198), permitiu chamar a atenção ao Governo para a contestação do “português suave”, bem como para o gravíssimo problema da habitação e o papel da arquitetura e urbanismo modernos na sua solução:

“a construção em altura e a Carta de Atenas foram erigidas como modelos a adoptar⁷, mas não só: falou-se também de reajustamento social (pois seria temerário falar em revolução), em habitação proletária, em unidades de vizinhança, num Novo Humanismo e nas catedrais dos Tempos Modernos, citando Le Corbusier” (Pereira, 2008, pp. 47-48).

Para Nuno Teotónio Pereira, o Congresso “transformou-se num clamor de contestação que surpreendeu o poder” (Pereira, 2008, p. 47). Tratava-se de rejeitar “a imposição, ou sequer a sugestão, de qualquer subordinação a estilos arquitectónicos», proclamando-se que «o portuguesismo da obra de arquitectura não pode continuar a impor-se através de imitação de elementos do Passado»” (Pereira, 2008, p. 48). Mas na arquitetura religiosa esta realidade era significativamente mais gravosa por ter “especialíssimas exigências de verdade, harmonia e dignidade” (Pereira, 1947, p. 2). Em texto publicado no jornal *Ala*, da Juventude Universitária Católica, Nuno Teotónio Pereira lembrou que a igreja era morada do próprio Cristo, o que fazia com que a prática e aceitação da mentira construtiva no edifício capital da arquitetura cristã fosse uma trágica contradição que deveria ser condenada por todos os cristãos. Como defendeu pouco tempo depois,

⁷ A revista *Arquitectura* publicou a *Carta de Atenas* nos seus dez números de 1948.

“pretender vedar às igrejas as formas da arquitectura contemporânea é o mesmo que pretender não ser o cristianismo para os homens d’hoje. Porque, se mudam as casas, os edifícios públicos, os costumes, os transportes, até o vestuário, porque não hão-de mudar as igrejas?” (Pereira, 1951, p. 3).

O Congresso em 1948, ao constituir-se como “momento de viragem na reconquista da liberdade de expressão dos arquitectos e simultaneamente do espaço para afirmar a inevitabilidade da arquitectura moderna” (Tostões, 2008, p. 12), abriu assim uma nova época na arquitectura nacional, incluindo a religiosa, que não poucas vezes contou com o apoio financeiro do Estado.

Modernidade na Exposição dos 30 Anos do SNI

Quase uma década depois da celebração dos *15 Anos de Obras Públicas* (1932-1947), inaugurou em Lisboa em junho de 1956 uma nova exposição intitulada *30 Anos do SNI* e nela, mais uma vez, foi dado algum espaço à encomenda religiosa. Na secção dedicada à arte sacra, julgando pelos dois registos fotográficos existentes no Fundo Mário Novais da FCG, foram reunidos objetos e alfaías litúrgicas, imagens e obras de arquitectura em quatro painéis, vitrinas e expositores.



Fig. 3: Exposição *30 Anos de Cultura Portuguesa: 1926-1956* (Lisboa, 1956). Núcleo “Artes Plásticas”. Secção “Arte Sacra”.
Fotografia de Mário Novais. Fonte: Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) [CFT003 006907.ic].

Em grande destaque, à semelhança da exposição de 1948, surgia a Nossa Senhora do escultor Barata Feyo idealizada para a “bem portuguesa” capela do posto fronteiriço de Caia, da qual não havia outro registo na exposição. Nela foram também apresentadas algumas peças que meses antes tinham integrado a *Exposição de Arte Sacra Moderna* (Galeria Pórtico, Lisboa) organizada pelo Movimento de Renovação de Arte Religiosa (Cunha, 2015, pp. 63-68). São exemplo a porta do sacrário de Graziela Albino para a igreja do Sagrado Coração de Jesus (Covilhã), a custódia de João de Almeida para o Colégio do Ramalhão (Sintra) e a imagem de S. Francisco de Assis de António Paiva. De facto, a integração destas obras reunidas sob contribuição do MRAR parece ir ao encontro da crítica tecida por Adolfo Casais Monteiro à iniciativa comemorativa do SNI:

“O Estado Novo, quando levou a cabo a famigerada exposição dos ‘30 anos de cultura’, não se importou de saber que tudo quanto alegava como sua obra se devia na realidade àqueles mesmos homens, àquelas mesmas tendências, àqueles mesmos ideais, que havia trinta anos combatia, e que o combatiam. O que lhe importou foi ‘dizer’, foi parecer que o que havia de positivo na cultura desses trinta anos devia ser levado a seu crédito!” (Monteiro, 2007, p. 80).

No que toca à arquitetura religiosa, a seleção de obras apresentadas foi bem reveladora de uma tentativa de redirecionamento do gosto e tendências, sendo de destacar a ausência de referências a obras de autores como Vasco Regaleira, que em tantas outras ocasiões anteriores foram mostradas como exemplares e que, até ao final da década de 1950 foram tantas vezes comparticipadas com fundos públicos. Foram assim excluídas obras da década de 1940 e início de 1950 que tinham sido alvo de dura crítica na *Exposição de Arquitectura Religiosa Contemporânea* organizada pelos jovens que formariam o MRAR, como as três igrejas lisboetas recentemente inauguradas e severamente atacadas pelos membros do movimento: Santo Condestável (Vasco Regaleira, 1951), São João de Deus (António Lino, 1953) e São João de Brito (Vasco Regaleira, 1955)⁸.

Na exposição de 1956 foi dado destaque a obras de menor dimensão, geograficamente dispersas no território e distantes do grande público. Das nove fotografias, apenas as primeiras três eram dedicadas a uma igreja de grande dimensão, construída na capital – a igreja de Nossa Senhora de Fátima, obra de Pardal Monteiro cuja modernidade foi

⁸ Nuno Teotónio Pereira classificou as igrejas do Santo Condestável, de S. João de Deus e de S. João de Brito como “erros irreparáveis – porque erros irreparáveis são todas as obras de arquitectura fracassadas [...] [que] ficarão a atestar a tremenda desorientação artística da nossa época”, Pereira, N. (1953, 8 de dezembro). *Arquitectura Religiosa. O Comércio do Porto*, p. 6.

então elogiada pelo Cardeal Patriarca⁹ e severamente criticada pelos círculos conservadores e nacionalistas¹⁰. As quatro obras que se somavam à pioneira igreja do final da década de 1930, subentendendo uma ideia de continuidade retomada, eram obras recentes da década de 1950: Póvoa de Santa Iria (José Bastos, 1956)¹¹, S. Pedro de Moel (Manuel Raposo, 1955)¹², Santo Isidro de Pegões (Eugénio Correia, 1952)¹³ e Afurada (coord. Fernando Seara, 1955).

No caso particular das duas últimas obras, das quais eram apresentadas fotografias do exterior e interior, releva-se a sua singularidade no quadro das encomendas no contexto nacional, a primeira na arquidiocese de Évora e promovida no quadro das obras da Junta de Colonização Interna; a segunda, na diocese Porto, como resposta ao então inaugurado bairro General Craveiro Lopes da Junta da Casa dos Pescadores, em 1952. No caso do Sul, as fotografias do Estúdio Mário Novais revelavam as potencialidades formais testadas na Colónia Agrícola de Pegões, nomeadamente com o recurso aos arcos parabólicos e a novos sistemas construtivos, de clara referência ibero-americana

⁹ “Quiséramos nós, ao erguer a igreja nova de Nossa Senhora de Fátima, que ela satisfizesse estas três condições: ser uma igreja, ser uma igreja moderna, ser uma igreja moderna bela. [...] Quanto ao ser moderna, não compreendemos sequer que pudesse ser outra coisa. Todas as formas artísticas do passado foram modernas em relação ao seu tempo”, Cerejeira, M. (1938, novembro-dezembro). A nova igreja de Nossa Senhora de Fátima. *Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, n.º 7, p. 186.

¹⁰ “A igreja nova é feia, muito feia. [...] É preciso dizê-lo serenamente, para que o erro não se repita, para que aos nossos artistas chegue finalmente certa compreensão mais alta. Diz Vossa Eminência que a Igreja é bela. Disse, e permito-me repetir, que ela é feia. Para demonstrar que ela é feia, [...] basta provar que lhe falta uma característica que haveria de ser essencial à sua beleza. [...] da igreja nova está de todo ausente o portuguesismo.”, Colaço, T. R. (1939, fevereiro). *Arquitectura e religião – Carta aberta de Tomaz Ribeiro Colaço ao Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa*. In *A arquitectura portuguesa e cerâmica e edificação reunidas, Ano XXXI, 3.ª Série*, n.º 47, pp. 19-20.

¹¹ Esta igreja foi alvo de análise pelo MRAR: Santos, J. M. (1957, dezembro). A igreja da Póvoa de Santa Iria. *MRAR – Boletim*, 1.ª Série, n.º 3, pp. 3-6.

¹² Integrava também o núcleo expositivo o estudo da *Pietá* de Joaquim Correia executada para a fachada da igreja da estância balnear de S. Pedro de Moel.

¹³ Esta igreja foi alvo de análise pelo MRAR: Santos, J. M. (1958, abril). A igreja de Pegões. *MRAR – Boletim*, 1.ª Série, n.º 4, pp. 2-3.

tão distantes de outras obras de Eugénio Correia, como por exemplo o seminário de Vila Real. A Norte, as fotografias de Teófilo Rego davam a conhecer o resultado de um pioneiro trabalho de grupo dos alunos de Arquitetura da Escola Superior das Belas Artes do Porto, lançado sob direção de Carlos Ramos em parceria com o recém-chegado Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, corria o ano letivo 1952/53. O exercício académico daria lugar ao projeto construído, coordenado por Fernando Seara com Pádua Ramos, Ferreira dos Santos e Luiz Cunha (futuro membro do MRAR). Naquela pequena igreja, contrariamente à construção de um edifício de raiz,

“A modernidade do projecto inscreve-se na ideia da apropriação de um armazém e na intenção de fazer uma obra de simplicidade e despojamento. Seguindo a natureza da construção aproveitada, qual ‘palheiro da oração’ – numa expressão atribuída às casas de oração das ordens mendicantes –, a nova igreja evidencia o ‘espírito’ do tempo presente da sua realização, ao recuperar, sem mudar substantivamente, a forma do edifício que tinha sido armazém e fábrica” (Oliveira, 2002, p. 63).

Estas duas obras expostas, intimamente ligadas ao regime corporativo do Estado Novo, mostram a cumplicidade de diversas estruturas no quadro da renovação e conquista da modernidade na encomenda religiosa.

Aceitação progressiva da modernidade

As listagens anuais, publicadas pelo Ministério das Obras Públicas, das novas construções religiosas apoiadas por aquela entidade testemunham igualmente a aceitação progressiva e desde cedo por parte do Estado da modernidade na encomenda religiosa, dispersa no território nacional até ao início da década de 1970.

Nos boletins publicados na década de 1950 contam-se quarenta obras construídas de raiz desta natureza, das quais sete (18%) afastam-se já do quadro do «português suave». Refira-se que algumas destas foram financeiramente apoiadas logo em 1952, ou seja, bem ainda no começo da década, como é o caso da igreja do Coração de Jesus (Covilhã) e da capela do Seminário dos Olivais (Lisboa), a primeira de Nuno Teotónio Pereira e a segunda de Porfírio Pardal Monteiro, dois arquitetos defensores da modernidade e da liberdade criativa dos autores. Um outro aspeto que importa evidenciar é a amplitude de programas religiosos apoiados. São exemplo desta diversidade a igreja de São Pedro de Moel (Manuel Raposo), o Mosteiro de Singeverga (Alberto Bessa) e a Casa Paroquial do Carvalhido, no Porto (Carlos Neves), três programas que têm em comum a diversidade do desenho moderno e o facto de terem recebido uma comparticipação do Estado (a primeira em 1956, o segundo em 1958 e a terceira em 1952). No caso particular do Carvalhido, acresce-se o interesse por ter sido a primeira Casa Paroquial construída no país¹⁴, à qual se seguiriam muitas outras “anónimas” obras religiosas de cariz pastoral e social, como os centros e salões paroquiais, amplamente difundidos nas décadas seguintes. Destes destacamos o Centro Social do Alto da Serafina (Nuno Teotónio Pereira e João Braula Reis, 1962) e o Salão Paroquial dos Remédios (João Correia Rebelo, 1966) – exemplos de arquitetura ao serviço das comunidades também financiados pelo Estado.

Analisando as listagens anuais da década de 1960, verifica-se que não só as obras modernas continuaram a contar com uma comparticipação financeira, como passaram a ser o grupo mais numeroso (37

¹⁴ A Casa Paroquial do Carvalhido é composta por quatro pisos de serviços (um deles ocupado pelo salão paroquial, com cabine de projeção) onde não faltava a residência do pároco, ligeiramente recuada em relação ao plano da fachada, rematada por um terraço – uma cobertura plana ao jeito de solário, que servia de recreio para as crianças do infantário, reinterpretação modesta das experiências de Le Corbusier.

de 67, ou seja, 55%)¹⁵. Graças a uma contínua sensibilização do clero e das comunidades para a arte moderna, muito devida à ação do MRAR, verificou-se entre 1960-69 a um aumento muito significativo no número de encomendas de obras modernas, ao qual correspondeu também a uma mudança dos atores de uma para outra década. Vasco Regaleira, que teve cinco obras apoiadas na década de 1950, não tem nenhuma na seguinte, enquanto vários novos autores surgiram um pouco por todo o país com outros modelos passíveis de serem tipificados, caso de José Pires Branco, Octávio Lixas Filgueiras, Fernando Seara e Albertino Galvão Roxo. De igual modo, refira-se ainda o apoio do Estado ao desenvolvimento de projetos com novas interpretações do programa relativo ao espaço de culto, como a proposta da capela de Figueira, em Vila do Bispo (António Freitas Leal) ou a igreja do Carvalhido, no Porto (Luiz Cunha), obras integradas na família das igrejas originadas pelo MRAR (Cunha, 2014).

Apoio estatal à *Arte Moderna e Arte de Igreja*

Em 1959, três anos após a realização da Exposição *30 Anos do SNI* e a pedido do Diretor-Geral dos Serviços de Urbanização do MOP – fruto de uma decisão concertada entre o Cardeal Cerejeira e os poderes públicos –, foi publicado o livro do Centro de Estudos de Urbanismo intitulado *Arte Moderna e Arte de Igreja - critérios para julgar e normas de construção*, a primeira publicação institucional no contexto português sobre esta temática. O livro, escrito pelo então Pe. Manuel Mendes Atanásio e ilustrado pelo Pe. Nunes Pereira, conciliava a atenção ao campo artístico e simultaneamente aos temas da urbanística e pastoral, que a organização religiosa territorial impunha (Marques, 2017).

¹⁵ Apenas 30 (45%) das construções apoiadas pelo Estado se enquadraram no «português suave», certamente por persistência do gosto por este modelo por parte dos encomendadores e não por imposição do Estado.



Fig. 4: Capa do livro *Arte Moderna e Arte de Igreja - critérios para julgar e normas de construção*. Coimbra: Ministério das Obras Públicas – Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização – Centro de Estudos de Urbanismo, 1959.

No capítulo “A lição de alguns artistas modernos” é clara a opção editorial que deu a conhecer o contributo de autores como Le Corbusier (capela de Ronchamp), Pierre Vago (basílica subterrânea de Lourdes), Matisse (capela das dominicanas de Vence), Paul Félix (Mosteiro de Clarissas em Ostende), Óscar Niemeyer (igrejas de Brasília), entre outros. Junto a estes exemplos internacionais foram incluídas duas obras portuguesas¹⁶ – as igrejas de Mosca (João de Almeida e António Freitas Leal) e de Águas, em Penamacor (Nuno Teotónio Pereira) –, numa pequena secção em sintonia com o quadro de rutura e crítica subjacente.

Contudo, para além da apologia da arte verdadeira, autêntica e moderna, o livro contribuiu de um modo muito significativo para a renovação da Arte Sacra em Portugal, alertando para os novos temas que surgiam, como a necessária atenção a áreas como a sociologia religiosa ou os problemas da divisão paroquial:

“Pensámos que era bem correr o risco de apresentar ao público o que poderíamos chamar ‘notas de pastoral artístico-religiosas’. Afinal, uma igreja deve ser obra de três forças concorrentes e é no fundo um acto comunitário que exige renúncia: deve o clero renunciar a uma certa tendência ditatorial [...]; renunciem os artistas ao seu vincado individualismo e propaganda [...]; renuncie o povo cristão à sua natural rotina de esquemas feitos e disponha-se a ajudar e a amar as novas formas da sua igreja [...]” (Atanásio, 1959, n.p).

Isto dito em 1959, num livro que evidenciou ainda mais a participação do Estado na produção de arquitetura religiosa.

¹⁶ “Depois que Pardal Monteiro construiu a igreja de Fátima (Lisboa, 1938), alevantaram-se já em Portugal bastantes igrejas. Fica para outra vez a crítica a cada uma delas, mas adiantamos já algumas palavras de comentário a duas ultimamente aparecidas”, Atanásio, M. M. (1959). *Arte Moderna e Arte de Igreja – critérios para julgar e normas de construção*. Coimbra: Ministério das Obras Públicas – Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização – Centro de Estudos de Urbanismo, p. 217.

Referências bibliográficas

- Almeida, P. (1986). O «arrabalde» do céu. *História da Arte em Portugal* (vol. 14, pp. 105-146). Lisboa: Publicações Alfa.
- Anónimo. (1944, dezembro). A exposição de construção colonial. *A Architectura Portuguesa e a Cerâmica e Edificação*, ano XXXVII, 3.a série, n.º 117, 8-9.
- Anónimo. (1949). Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas. *15 Anos de Obras Públicas (1932-1947), IIº Volume: Exposição e Congressos de Engenharia e de Architectura*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações.
- Anónimo. (1956). *Mundo Português imagens de uma exposição histórica 1940*. Lisboa: Edições Secretariado Nacional de Informação. s/n.
- Atanásio, M. M. (1959). *Arte Moderna e Arte de Igreja - critérios para julgar e normas de construção*. Coimbra: Ministério das Obras Públicas – Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização – Centro de Estudos de Urbanismo.
- Brito, R. (2011, julho-dezembro). A presença e o papel da religião nas comemorações centenárias de 1940. *Lusitânia Sacra*, vol. 24, 263-276.
- Câmara, M. (2009). *Cristo Rei – Espiritualidade e História*. Cascais: Lucerna.
- Cerejeira, M. (1938, novembro-dezembro). A nova igreja de Nossa Senhora de Fátima. *Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, n.º 7, 185-186.
- Colaço, T. (1939, fevereiro). Architectura e religião – Carta aberta de Tomaz Ribeiro Colaço ao Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa. *A arquitectura portuguesa e cerâmica e edificação reunidas*, Ano XXXI, 3.ª Série, n.º 47, 19-20.
- Costa, A. (2011). *Museologia da Arte Sacra em Portugal 1820-2010 – Espaços, Momentos, Museografia*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Cunha, J. (2014). *O MRAR e os anos de ouro na arquitetura religiosa em Portugal no século XX. A ação do movimento de renovação da arte religiosa nas décadas de 1950 e 1960* (Tese Doutoramento, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa). Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.5/8099>
- Cunha, J. (2015). *MRAR – Movimento de Renovação da Arte Religiosa e os anos de ouro da arquitetura religiosa em Portugal no século XX*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- França, J. (1991a). *O modernismo na arte portuguesa* (3.ª ed.). Maia: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Ministério da Educação.
- França, J. (1991b). *A arte em Portugal no século XX (1911-1961)* (3.ª ed.). Venda Nova: Bertrand Editora.
- Marques, J. (2017). *A igreja na cidade, serviço e acolhimento, arquitectura portuguesa 1950-1975* (Tese Doutoramento, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto). Disponível em <https://hdl.handle.net/10216/110753>
- Martins, M. (2007). Os padres dos Olivais nos anos 60 – a Tribuna Livre. In *Por caminhos não andados: Seminário dos Olivais 1945/68* (pp. 227-270). Lisboa: Multinova.
- Monteiro, A. (2007). Aos heróis sem nome. In *O País do Absurdo*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

- Oliveira, M. (2002). *Elementos da forma urbana da Afurada* (Relatório técnico, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto). Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/70156>
- Pereira, N. (1947, 31 de janeiro). A Arquitectura Cristã Contemporânea. *Ala*, ano V, n.º 67, 2 e 4.
- Pereira, N. (1951, 8 de setembro). Algumas observações às críticas apontadas ao projecto da nova igreja paroquial das Águas. [Documento Datilografado]. [S.l.: s.n.]. 1-5. Acessível no Arquivo do SIPA (Sistema de Informação do Património Arquitectónico), Sacavém, Portugal.
- Pereira, N. (1953, 8 de dezembro). Arquitectura Religiosa. *O Comércio do Porto*, 6.
- Pereira, N. (1993, 23 de setembro). Chegarão 100 anos para acabar com as barracas? *Público*, 48.
- Pereira, N. (2008). Que fazer com estes 50 anos? In *1.º Congresso Nacional de Arquitectura* (pp. 43-50). Lisboa: Ordem dos Arquitectos.
- Pereira, N. & Fernandes, J. (1981, janeiro-fevereiro). A Arquitectura do Fascismo em Portugal. *Arquitectura*, n.º 142, 38-48.
- Pimentel, I. (2002). *Fotobiografias do Século XX: Cardeal Cerejeira*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Portas, N. (1982). Arquitectura e urbanística na década de 40. In *Os 40 anos na arte portuguesa: a cultura nos anos 40. Colóquios*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Portas, N. (2008). *A arquitectura para hoje seguido de Evolução da arquitectura moderna em Portugal* (2.ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Santos, J. (1957, dezembro). A Igreja da Póvoa de Santa Iria. *MRAR – Boletim*, 1.ª Série, n.º 3.
- Santos, J. (1958, abril). A Igreja de Pegões. *MRAR – Boletim*, 1.ª Série, n.º 4.
- SNA. (1948). *1.º Congresso Nacional de Arquitectura, maio-junho de 1948. Relatório da Comissão Executiva. Teses, Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos.
- Távora, F. (1947). *O Problema da Casa Portuguesa*. Cadernos de Arquitectura, Série 1, n.º 1. Lisboa: Editorial Organizações.
- Tostões, A. (1997). *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. Porto: FAUP.
- Tostões, A. (2008). O Congresso e «os verdes anos» 50. In *1.º Congresso Nacional de Arquitectura* (pp. 11-22). Lisboa: Ordem dos Arquitectos.

Série Investigação

•

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2019

1 2



9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA

